

## CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Com vistas a cumprir as formalidades legais da Lei das Licitações, a Comissão de Pregão, vem através desta, **CONVOCAR**, a Empresa **JOSÉ EDIVAN DA SILVA-ME**, com sede à Rua Vereador Sigefredo Pinheiro, s/n, Centro, Solonópole/CE, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.387.831/0001-70, representada por **José Edivan Da Silva**, portador do CPF Nº. 021.696.709-04, no prazo de 05 (cinco) dias, para *assinatura de contrato*, Resultante do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. PE-002/2023 - SEDESE, que tem por objeto à **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DE USO DIÁRIO, DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

Ereré - Ceará, em 26 de março de 2024.



**ANTÔNIO FREIRE BESSA**  
Agente de Contratação Portaria Nº 008/2024  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ**

Ciente: 26/03/2024.

**JOSE EDIVAN DA SILVA:02169670904** Digitally signed by JOSE EDIVAN DA SILVA:02169670904  
Date: 2024.03.26 14:11:19 -03'00'

**JOSÉ EDIVAN DA SILVA**  
Representante Legal  
**JOSÉ EDIVAN DA SILVA - ME.**

**CONTRATO N°. 2024.03.26.02-SEDESE.**

**CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ, ATRAVÉS  
DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL E ECONÔMICO, E DO OUTRO LADO A  
EMPRESA JOSÉ EDIVAN DA SILVA - ME, QUE  
ASSIM PARA O FIM QUE A SEGUIR DECLARAM:**

### **PREÂMBULO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Padre Miguel Xavier de Moraes, 20, Centro, Ereré, Ceará, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.465.068/0001-25, neste ato representada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Econômico, CNPJ/MF sob o nº 14.976.281/0001-27, através da respectiva Secretária a Sr.<sup>a</sup> **MARIA LEIDIANA PESSOA FRANÇA**, portadora do CPF nº. 875.811.243-04, doravante denominado de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa **JOSÉ EDIVAN DA SILVA-ME**, COM SEDE À Rua Vereador Sigefredo Pinheiro, s/n, Centro, Solonópole/CE, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.387.831/0001-70, representada por **JOSÉ EDIVAN DA SILVA**, portador do CPF Nº. 021.696.709-04, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N°. PE-002/2023 - SEDESE**, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, supletivamente pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1. Fundamenta-se este contrato no **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° PE-002/2023 - SEDESE**, disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão e tem como subsidiária a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores - Lei de Licitações, da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor, Decreto nº 6.204/07, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar nº 155/2016, de 27 de outubro de 2016, Decreto Municipal nº 001 de 15 de janeiro de 2018, Lei Federal 12.440 de 07 de julho de 2011 que altera o título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente contrato.

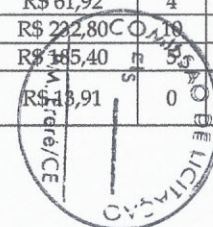
### **CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1- **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DE USO DIÁRIO, DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

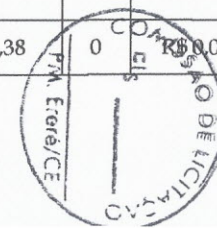
### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

3.1- A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** pela execução do objeto deste contrato o valor global do Lote de **R\$ 8.774,19 (-OITO MIL SETECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E DEZENOVE CENTAVOS-)**, sujeito as incidências tributárias normais, distribuídos da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QANT	SEC 2.050	SFVCA 2.055	CRAS 2.058	CT 2.049	VALOR UNITÁRIO				
1	BACIA DE PLASTICO 15 LITROS - RESISTENTE, POLIETILENO ALTA DENSIDADE, ALÇA LATERAL PLASTICA.	UND	NORD	15	2	R\$ 16,34	7	R\$ 57,19	5	R\$ 40,85	1	R\$ 8,17	R\$ 8,17
2	BACIA DE PLASTICO 30 LITROS - RESISTENTE, POLIETILENO ALTA DENSIDADE, ALÇA LATERAL PLASTICA.	UND	NORD	15	2	R\$ 25,26	7	R\$ 88,41	5	R\$ 63,15	1	R\$ 12,63	R\$ 12,63
3	BACIA DE PLASTICO 80 LITROS - RESISTENTE, POLIETILENO ALTA DENSIDADE, ALÇA LATERAL PLASTICA.	UND	MERCOMPLAST	8	1	R\$ 28,94	4	R\$ 115,76	3	R\$ 86,82	0	R\$ 0,00	R\$ 28,94
4	BALDE EM PLÁSTICO 5 LITROS - SEM TAMPA, RESISTENTE, POLIETILENO ALTA DENSIDADE, ALÇA DE METAL.	UND	MERCOMPLAST	9	1	R\$ 3,99	4	R\$ 15,96	4	R\$ 15,96	0	R\$ 0,00	R\$ 3,99
5	BALDE EM PLÁSTICO 8 LITROS - SEM TAMPA, RESISTENTE, POLIETILENO ALTA DENSIDADE, ALÇA DE METAL.	UND	BSPLAST	20	3	R\$ 18,96	10	R\$ 63,20	6	R\$ 37,92	1	R\$ 6,32	R\$ 6,32
6	BALDE EM PLÁSTICO 20 LITROS - SEM TAMPA, RESISTENTE, POLIETILENO ALTA DENSIDADE, ALÇA DE METAL.	UND	PLASUZE	15	2	R\$ 35,02	7	R\$ 122,57	5	R\$ 87,55	1	R\$ 17,51	R\$ 17,51
7	BANDEJA RETANGULAR TAMANHO MÉDIO INOX - DURÁVEL; TAMANHO APROXIMADO: 27CM X 37CM.	UND	INGA	3	0	R\$ 0,00	1	R\$ 28,21	2	R\$ 56,42	0	R\$ 0,00	R\$ 28,21
8	BANDEJA RETANGULAR TAMANHO MÉDIO PLASTICO - DURÁVEL; TAMANHO APROXIMADO: 27CM X 37CM.	UND	LUMAR	17	2	R\$ 22,96	9	R\$ 103,32	5	R\$ 57,40	1	R\$ 11,48	R\$ 11,48
9	CANECA EM PLÁSTICO 200 ML - COM ALÇA.	UND	CLP	150	22	R\$ 50,38	75	R\$ 171,75	46	R\$ 105,34	7	R\$ 16,03	R\$ 2,29
10	CESTO PLÁSTICO TELADO 8 LITROS - PARA LIXO, SEM TAMPA.	UND	BSPLAST	20	3	R\$ 13,14	10	R\$ 43,80	6	R\$ 26,28	1	R\$ 4,38	R\$ 4,38
11	COADOR DE CAFÉ - EM TECIDO; TAMANHO MÉDIO; COM ALÇA DE MADEIRA.	UND	SANTA INÊS	8	1	R\$ 2,53	4	R\$ 10,12	3	R\$ 7,59	0	R\$ 0,00	R\$ 2,53
12	COLHER DE MESA DESCARTAVEL 170 MM - PCT C/ 100 UND.	PCT	ULTRA	80	12	R\$ 39,72	40	R\$ 132,40	24	R\$ 79,44	4	R\$ 13,24	R\$ 3,31
13	COLHER DE MESA INOX PEQUENA.	UND	MARTINOX	190	28	R\$ 43,68	95	R\$ 148,20	57	R\$ 88,92	10	R\$ 15,60	R\$ 1,56
14	COLHER DE MESA DE INOX GRANDE - PARA SERVIR; DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO (COMPR. X LARG. X ALT.): 248 X 58 X 28 MM. ESPESSURA: 2,3 MM.	UND	SQ	5	0	R\$ 0,00	3	R\$ 17,07	2	R\$ 11,38	0	R\$ 0,00	R\$ 5,69
15	COLHER TIPO CONCHA DE INOX - DIMENSÕES APROXIMADAS: 29 X 9 CM.	UND	SQ	5	0	R\$ 0,00	3	R\$ 17,07	2	R\$ 11,38	0	R\$ 0,00	R\$ 5,69
16	CONJUNTO DE COPOS PARA ÁGUA - CADA COPO COM CAPACIDADE DE 300ML; DE VIDRO; CONTENDO 06 UNIDADES.	CJ	DNSA	12	1	R\$ 10,69	7	R\$ 74,83	4	R\$ 42,76	0	R\$ 0,00	R\$ 10,69
17	COPO DESCARTAVEL 50 ML (CAFÉ) - PCT C/ 100 UND.	PCT	TOTALPLAST	80	12	R\$ 30,96	40	R\$ 103,20	24	R\$ 61,92	4	R\$ 10,32	R\$ 2,58
18	COPO DESCARTAVEL 150 ML - PCT C/ 100 UND.	PCT	TOTALPLAST	200	30	R\$ 116,40	100	R\$ 388,00	60	R\$ 228,00	10	R\$ 38,80	R\$ 3,88
19	COPO DESCARTAVEL 200 ML - PCT C/ 100 UND.	PCT	TOTALPLAST	115	17	R\$ 87,55	57	R\$ 293,55	36	R\$ 165,40	9	R\$ 25,75	R\$ 5,15
20	CUSCUZEIRA TAMANHO N° 14 (PEQUENA) - FEITA EM ALUMINIO.	UND	ALUBAC	2	0	R\$ 0,00	1	R\$ 13,91	1	R\$ 13,91	0	R\$ 0,00	R\$ 13,91



21	CUSCUZEIRA TAMANHO Nº 28 (GRANDE) - FEITA EM ALUMINIO.	UND	ALUBAC	3	0	R\$ 0,00	2	R\$ 122,90	1	R\$ 61,45	0	R\$ 0,00	R\$ 61,45
22	DEPÓSITO REDONDO DE PLÁSTICO COM TAMPA PARA ACUCAR - FEITO EM PLÁSTICO RESISTENTE.	UND	PLASMONT	6	1	R\$ 2,72	3	R\$ 8,16	2	R\$ 5,44	0	R\$ 0,00	R\$ 2,72
23	DEPÓSITO REDONDO DE PLÁSTICO COM TAMPA PARA CAFÉ - FEITO EM PLÁSTICO RESISTENTE.	UND	PLASMONT	6	1	R\$ 2,72	3	R\$ 8,16	2	R\$ 5,44	0	R\$ 0,00	R\$ 2,72
24	ESCORREDOR DE MACARRÃO GRANDE - EM ALUMINIO, COM ALÇAS.	UND	TENEDO	2	0	R\$ 0,00	1	R\$ 42,80	1	R\$ 42,80	0	R\$ 0,00	R\$ 42,80
25	ESPREMEDOR DE ALHO EM METAL.	UND	UD+	5	1	R\$ 3,88	2	R\$ 7,76	2	R\$ 7,76	0	R\$ 0,00	R\$ 3,88
26	FACA DE COZINHA 8" - LÂMINA EM ACO INOXIDAVEL, CABO POLIPROPILENO, ERGONICO, COR PRETO.	UND	HOME	5	1	R\$ 10,28	2	R\$ 20,56	2	R\$ 20,56	0	R\$ 0,00	R\$ 10,28
27	FACA DE MESA EM INOX PEQUENA.	UND	SQ	190	28	R\$ 43,68	95	R\$ 148,20	58	R\$ 90,48	9	R\$ 14,04	R\$ 1,56
28	FOSFORO - PCT C/ 100 UND.	PCT	GABOARDI	12	2	R\$ 6,00	6	R\$ 18,00	4	R\$ 12,00	0	R\$ 0,00	R\$ 3,00
29	FRIGIDEIRA 16CM (PEQUENA) ANTIADERENTE - ALUMINIO; CABO PLASTICO.	UND	LUZ	2	0	R\$ 0,00	1	R\$ 18,29	1	R\$ 18,29	0	R\$ 0,00	R\$ 18,29
30	FRIGIDEIRA 20CM (MÉDIA) ANTIADERENTE - ALUMINIO; CABO PLASTICO.	UND	LUZ	2	0	R\$ 0,00	1	R\$ 24,17	1	R\$ 24,17	0	R\$ 0,00	R\$ 24,17
31	FRIGIDEIRA 24CM (GRANDE) ANTIADERENTE - ALUMINIO; CABO PLASTICO.	UND	LUZ	2	0	R\$ 0,00	1	R\$ 30,49	1	R\$ 30,49	0	R\$ 0,00	R\$ 30,49
32	GARFO DE MESA INOX PEQUENA.	UND	SQ	190	28	R\$ 43,68	95	R\$ 148,20	58	R\$ 90,48	9	R\$ 14,04	R\$ 1,56
33	GARRAFA DE PLÁSTICO 2 LITROS PARA CAFE - COM ALÇA; TOTALMENTE EM POLIPROPILENO; MATERIAL RESISTENTE E DURÁVEL.	UND	UNITERMI	7	1	R\$ 68,08	3	R\$ 204,24	3	R\$ 204,24	0	R\$ 0,00	R\$ 68,08
34	GARRAFA TÉRMICA 5 LITROS SEM TORNEIRA - PRODUTO COM ISOLAMENTO TÉRMICO EM PU; GARANTE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE; POSSUI ALÇA QUE SE INTEGRA AO PRODUTO, FACILITANDO O MANUSEIO E TRANSPORTE; TAMBÉM CONTA COM PÉS RETRÁTEIS E ACIONAMENTO POR TORNEIRA.	UND	INVICTA	2	0	R\$ 0,00	1	R\$ 29,17	1	R\$ 29,17	0	R\$ 0,00	R\$ 29,17
35	GUARDANAPO 23X22 CM PCT C/ 50 UND.	PCT	FLOX	3	0	R\$ 0,00	2	R\$ 2,72	1	R\$ 1,36	0	R\$ 0,00	R\$ 1,36
36	JARRA PARA SUCO EM PLASTICO 3 LITROS.	UND	PLASMONT	6	1	R\$ 12,16	3	R\$ 36,48	2	R\$ 24,32	0	R\$ 0,00	R\$ 12,16
37	PANELA DE PRESSÃO 4,5 LITROS - FEITA EM ALUMÍNIO; COM CABO EM BANQUELITE; VÁLVULA CONTROLADORA DE PRESSÃO (PESO), VÁLVULA (PINO), JANELA (ESCAPE) E TRAVA; REVESTIMENTO ANTIADERENTE.	UND	JR	1	0	R\$ 0,00	1	R\$ 54,47	0	R\$ 0,00	0	R\$ 0,00	R\$ 54,47
38	PANELA DE PRESSÃO 10 LITROS - FEITA EM ALUMÍNIO; COM CABO EM BANQUELITE; VÁLVULA CONTROLADORA DE PRESSÃO (PESO), VÁLVULA (PINO), JANELA (ESCAPE) E TRAVA; REVESTIMENTO ANTIADERENTE.	UND	ALU MINEIA	2	0	R\$ 0,00	1	R\$ 124,49	1	R\$ 124,49	0	R\$ 0,00	R\$ 124,49
39	PEGADOR DE MASSA DE INOX 31CM - COM ALÇA PARA PENDURAR; MAIS RESISTENTE E HIGIÊNICO.	UND	SQ	5	1	R\$ 10,69	2	R\$ 21,38	2	R\$ 21,38	0	R\$ 0,00	R\$ 10,69

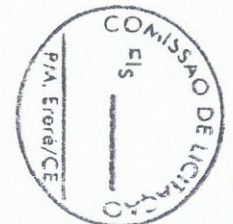


*Handwritten signature*



Prefeitura de  
**ERERÉ**  
Construindo um novo futuro

40	PRATO DESCARTAVEL FUNDO TAM M - PCT C/ 10 UND	PCT	ULTRA	550	82	R\$ 131,20	275	R\$ 440,00	166	R\$ 265,60	27	R\$ 43,20	R\$ 1,60
41	PRATO DESCARTAVEL FUNDO TAM G - PCT C/ 10 UND	PCT	ULTRA	180	27	R\$ 64,26	90	R\$ 214,20	54	R\$ 128,52	9	R\$ 21,42	R\$ 2,38
42	PRATO DESCARTAVEL RASO TAM M - PCT C/ 10 UND	PCT	ULTRA	550	82	R\$ 111,52	275	R\$ 374,00	166	R\$ 225,76	27	R\$ 36,72	R\$ 1,36
43	PRATO DESCARTAVEL RASO TAM G - PCT C/ 10 UND	PCT	ULTRA	180	27	R\$ 64,26	90	R\$ 214,20	54	R\$ 128,52	9	R\$ 21,42	R\$ 2,38
44	PRATO EM VIDRO RASO TAM. G.	UND	DURALEX	25	3	R\$ 14,88	12	R\$ 59,52	9	R\$ 44,64	1	R\$ 4,96	R\$ 4,96
						R\$ 1.136,53	R\$ 4.381,08		R\$ 2.920,55		R\$ 336,03		



#### **CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes do contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, correrão por conta da dotação orçamentária n°: 09.01 08.122.0816.2.050.0000-MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO; 09.06 08.243.0802.2.055.0000-FORTELECIMENTO DE VÍNCULOS: CRIANÇA E ADOLESCENTES; 09.01 08.122.0815.2.049.0000-MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR; 09.06 08.244.0801.2.058.0000-MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA elemento de despesa: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO; com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da PME, consignado no Orçamento Municipal de 2024.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1. O contrato terá um prazo de vigência até 31/12/2024, a partir da data da assinatura, podendo ser aditado nos casos previstos no art. 57 e incisos da Lei Federal n°. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.1. No interesse da CONTRATANTE, o objeto deste Edital, Termo de Referência e anexos poderá ser suprimido ou acrescido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, § 1º e 2º, inciso II da Lei n° 8666/93.

6.2- No interesse da Administração, o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n° 8.666/93.

6.3- A Licitante Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias.

6.4- Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

6.5 - A fiscalização do contrato dar-se-á nos termos do art. 67 da Lei Federal 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e/ou serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.6 - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações.

6.7 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários à regularização eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA ENTREGA DO OBJETO, DA FORMA DE PAGAMENTO**

7.1. Poderão ser firmados contratos, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei N°. 8.666/93, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

7.2. **DAS ORDENS DE COMPRAS:** Os produtos licitados/contratados serão entregues mediante expedição de ORDENS DE COMPRAS, por parte da administração ao licitante vencedor, que indicarão os quantitativos a serem entregues, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da CONTRATANTE.

7.2.1. A Ordem de Compra emitida conterá os itens pretendidos e a respectiva quantidade, devendo ser entregue ao beneficiário do contrato no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile

ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro municipal.

7.2.2. O contratado deverá entregar os produtos solicitados na Ordem de Compra, oportunidade em que receberá o atesto declarando o fornecimento. Os produtos/serviços serão entregues nas seguintes condições:

a) Nos locais determinados pela administração do presente processo licitatório indicado na Ordem de Compra;

b) No prazo de no máximo de **05 (CINCO) dias corridos**, após o recebimento da Ordem de Compra no horário de 07h às 13h (horário local).

7.2.3. O aceite dos produtos pelo órgão receptor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no anexo deste edital quanto aos produtos entregues.

7.2.4. Os produtos devem ser entregues conforme solicitado na Ordem de Compra, observando rigorosamente as especificações contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

7.2.5. Para os produtos objetos deste certame, deverá ser emitida fatura e nota fiscal em nome da(s) unidade(s) gestora(s) do Município de ERERÉ/CE.

7.2.5.1. As informações necessárias para emissão da fatura e nota fiscal deverão ser requeridas junto a(s) unidade(s) gestora(s).

7.2.6. No caso de constatação da inadequação do produto fornecido às normas e exigências especificadas neste edital, na ordem de compra e na proposta vencedora a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei e deste instrumento.

7.3. Os produtos licitados/contratados deverão ser entregues, observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua proposta de preços, bem ainda às normas vigentes, assumindo o contratado a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.4. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

5. O pagamento somente será efetuado após o atesto, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterà o detalhamento dos produtos entregues.

7.5.1. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos efetivamente entregues.

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.7. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.7.1. Não produziu os resultados acordados;

7.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.8. Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

7.9. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

7.10. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7.12 - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios apurados com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, no período compreendido entre a data prevista e a do efetivo pagamento, adotando-se o critério "pró-rata temporis" para as atualizações nos subperíodos inferiores a 30(trinta) dias.

7.13 - Deverão ser emitidas faturas de encerramento ao findar os vínculos deste Contrato por esgotamento do objeto, por final do prazo ou rescisão contratual.

7.14- Serão descontados de (forma integral ou parcelada) sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registradas.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PREÇO, REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO**

8.1. PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos, e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento, inclusive a margem de lucro.

8.2. REAJUSTE: Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

8.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extra contratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos produtos/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Nº. 8.666/93, alterada e consolidada.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. Adota-se como critério de justiça e obediência ao princípio jurídico da razoabilidade, o escalonamento e tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, abaixo descritos, garantindo o direito de exercício prévio de ampla defesa nos processos de sancionamento com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atendendo a recomendação constante no subitem 9.5.1.1 do Acórdão TCU/Plenário nº 1.793/2011, art. 7º da Lei 10.520/2002, com respectivos prazos de duração:

<b>EVENTOS:</b>	<b>SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS:</b>
I- Forjar a classificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. Acórdão TCU/PL nº 3074/2011.





II- Descumprir prazos estabelecidos pelo pregoeiro durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- Desistir do lance, sem justificativa, durante a sessão pública ou não mantiver a proposta na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- Não apresentar ou deixar de apresentar documentação solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar proposta comercial em desacordo com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar documentação falsa durante a licitação ou contratação.	Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. Comunicar ao Ministério Público Estadual e ou Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as condições habilitatórias durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata.	9. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 10. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
IX- Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no edital e termo de referência.	11. Advertência 12. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- Não efetuar a troca do objeto, quando notificado, durante a contratação.	13. Advertência; 14. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 15. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho.
XI- Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	16. Advertência 17. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
XII- Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	18. Advertência 19. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 20. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do equipamento.
XIII- Deixar de entregar documentação original exigida neste Edital <u>(quando da utilização da Modalidade de Pregão Eletrônico)</u> durante a licitação ou contratação.	21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.



XIV- Comportar-se de modo inidôneo na licitação ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regramento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	22. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. 23. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/ nota de empenho.
XV- Cometer fraude fiscal durante a licitação ou contratação.	24. Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. 25. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato/ nota de empenho. 26. Comunicar ao Ministério Público Federal e ou Estadual.
XVI- Não recompor níveis de serviços acordados, quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico-operacional e administrativo do gerenciamento contratual.	27. Impedimento de licitar com a PME pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	28. Impedimento de licitar com a PME por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- Não celebrar contrato, em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	29. Impedimento de Licitar com o município de ERERÉ por, no mínimo, 1(um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	30. Impedimento de licitar com a PME por, no mínimo, 2 (dois) anos. 31. Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/ nota de empenho ou valor da parcela.
XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 8666/93 e Lei 10.520/2002.	32. Impedimento de licitar com a PME por, no mínimo, 1 (um) ano. 33. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
XXI- Denegrir ou caluniar equipes técnica e do pregoeiro, bem como pessoas que integram os processos da PME, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	34. Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, pelo período de 5 (cinco) ano.
XXII- Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	35. Declaração de inidoneidade
XXIII- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	36. Declaração de inidoneidade
XXIV- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	37. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 38. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXV- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	39. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 40. Publicação extraordinária da decisão condenatória.





XXVI- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;	41. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 42. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVII- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública	43. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 44. Publicação extraordinária da decisão condenatória.

9.2. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da PME que deverá examinar a legalidade da conduta da contratada. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela PME, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades mencionadas.

9.3. Na hipótese da multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, a PME, poderá proceder a rescisão unilateral do compromisso, hipótese em que a vencedora também se sujeitará às sanções administrativas previstas neste Edital. Na ocorrência de falha maior poderá também ser aplicada a penalidade de Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no art. 7º da Lei nº 10.250/2002.

9.4. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela PME ou cobradas diretamente da pessoa penalizada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas neste Edital.

9.5. O licitante/contratado será informado que está passível da aplicação da sanção e terá o direito de exercer a defesa prévia no prazo de 05(cinco) dias úteis a contar da sua notificação, podendo ocorrer a juntada de documentos, conforme disposto no art. 38 da Lei nº 9.784/1999.

9.5.1. Transcorrido o prazo de defesa prévia com ou sem manifestação, o processo será encaminhado para as análises devidas e para posterior decisão sobre a aplicação da sanção pela autoridade superior.

9.6. As multas serão recolhidas em favor da Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

9.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Compra e ou Serviço.

10.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo contratual, inclusive com o fornecimento do objeto do certame, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

10.3. Fiscalizar o objeto deste contrato através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

10.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.

10.6. Determinar o horário da realização da entrega dos produtos podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da CONTRATANTE com observância das leis trabalhistas.

10.7. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

10.8. Indicar os locais onde serão entregues/prestados os produtos/serviços.



- 10.9. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 10.10. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 10.11. Exigir da Contratada, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato.
- 10.12. Receber o objeto do contrato, através do Setor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade com o art. 73, II, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1- Entregar os produtos/serviços objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;
- 11.2- Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.3- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante;
- 11.4- Arcar com eventuais prejuízos causados à Contratante e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.
- 11.5 - Responder por todas as despesas diretas ou indiretas que indicam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais, transporte e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.
- 11.6 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.7 - Substituir ou reparar o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, no prazo fixado pelo Gestor do Contrato.
- 11.8 - Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta considerada pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 11.9 - Refazer a entrega do objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações constantes no Termo de Referência, contado da sua notificação.
- 11.10 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste termo de Referência, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993 aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos do serviço até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado; comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos solicitados; responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;
- 11.11 - Assumir, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas

os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

11.12 - Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas efetuado pela CONTRATANTE

11.13 - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

11.14 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.16 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.17 - Vedar a utilização, na execução do objeto, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010 cumprir com as demais condições constantes na proposta apresentada na licitação.

11.18 - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandadas decorrentes de danos seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do presente contrato;

11.19 - Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

12.1- As licitantes devem observar e a contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "prática conluída": esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva":

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2- Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou



pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.3- Considerando os propósitos dos itens acima, a licitante vencedora como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12.4- A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas em lei, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/93;

13.1.1. A Rescisão de contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da lei 8.666/93, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o disposto no art. 109, "I", letra "e", da mesma lei;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, caso haja conveniência para a contratante, reduzida a termo no Processo Administrativo, desde que, cumprido o estabelecimento no § 1º do art. 79 da Lei 8.666/93;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

13.2. A Rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e ampla defesa.

13.3.1. Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) O não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado do início de serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

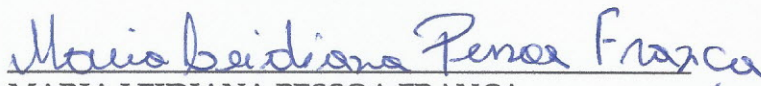
- m) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- n) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- o) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- p) O reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- q) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca do Município de IRACEMA - Ce, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato não passíveis de solução pela via administrativa, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E assim, por estarem justos e acordes, após lido e julgado conforme, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual forma e teor, perante 02 (duas) testemunhas idôneas que também o assinam, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Ereré - CE, 26 de março de 2024.



**MARIA LEIDIANA PESSOA FRANÇA**  
Secretária de Desenvolvimento Social e Econômico  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ**  
**CONTRATANTE**

**JOSE EDIVAN DA SILVA:02169670904**  
Digitally signed by JOSE EDIVAN  
DA SILVA:02169670904  
Date: 2024.03.26 14:18:33 -03'00'

**JOSÉ EDIVAN DA SILVA**  
Representante Legal  
**JOSÉ EDIVAN DA SILVA - ME**  
**CONTRATADA**

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_  
NOME  
CPF N.º \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
NOME  
CPF N.º \_\_\_\_\_

## EXTRATO DO CONTRATO

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ERERÉ TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº 2024.03.26.02-SEDESE, RESULTANTE DA CONTRATAÇÃO DIRETA, COM BASE NO ART. 24, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIOR E DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018:

**ÓRGÃO LICITANTE:** SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 09.01 08.122.0816.2.050.0000-MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO; 09.06 08.243.0802.2.055.0000-FORTELECIMENTO DE VÍNCULOS: CRIANÇA E ADOLESCENTES; 09.01 08.122.0815.2.049.0000-MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR; 09.06 08.244.0801.2.058.0000-MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA elemento de despesa: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO; com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da PME, consignado no Orçamento Municipal de 2024.

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DE USO DIÁRIO, DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

**CONTRATADA:** JOSÉ EDIVAN DA SILVA - ME.

**ASSINA PELA CONTRATADA:** JOSÉ EDIVAN DA SILVA.

**ASSINA PELA CONTRATANTE:** MARIA LEIDIANA PESSOA FRANÇA- SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ECONÔMICO.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 8.774,19 (-OITO MIL SETECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E DEZENOVE CENTAVOS-)

ERERÉ (CE), 26 DE MARÇO DE 2024.



**ANTÔNIO FREIRE BESSA**

Agente de Contratação Portaria nº 008/2024  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ



## CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO

CERTIFICAMOS QUE O EXTRATO DO CONTRATO Nº 2024.03.26.02-SEDESE, DECORRENTE CONTRATAÇÃO DIRETA, COM BASE NO ART. 24, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DE USO DIÁRIO, DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, FOI AFIXADO NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2024, NO FLANELÓGRAFO DESTA PREFEITURA.

ERERÉ (CE), 26 DE MARÇO DE 2024.



**ANTÔNIO FREIRE BESSA**  
Agente de Contratação Portaria Nº 008/2024  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ

**ATIVA, ELABORAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS, AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE ERERÉ-CEARÁ. VIGÊNCIA DO CONTRATO: ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2024. CONTRATADO: NINA RACHEL DE OLIVEIRA. ASSINA PELO CONTRATADO: NINA RACHEL DE OLIVEIRA. ASSINA PELA CONTRATANTE: CÍCERO NETO FREIRE - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO. VALOR GLOBAL: R\$ 16.800,00 (-DEZESES MIL E OITOCENTOS REAIS-).**

**Publicado por:**  
Antônio Freire Bessa  
**Código Identificador:**8960FF60

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E  
ECONÔMICO EXTRATO CONTRATO**

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ERERÉ TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº 2024.03.26.01-SEDESE, RESULTANTE DA CONTRATAÇÃO DIRETA, COM BASE NO ART. 24, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIOR E DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018: **ÓRGÃO LICITANTE:** SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 09.01 08.122.0816.2.050.0000-MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO; 09.06 08.243.0802.2.055.0000-FORTEALECIMENTO DE VÍNCULOS: CRIANÇA E ADOLESCENTES; 09.01 08.122.0815.2.049.0000-MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR; 09.06 08.244.0801.2.058.0000-MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA elemento de despesa: **3.3.90.30.00** - MATERIAL DE CONSUMO; com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da PME, consignado no Orçamento Municipal de 2024. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DE USO DIÁRIO, DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2024. **CONTRATADA:** A. I. M. DE LIMA DISTRIBUIDORA. ASSINA PELA CONTRATADA: ALEXANDRA INGRID MEDEIROS DE LIMA. ASSINA PELA CONTRATANTE: MARIA LEIDIANA PESSOA FRANÇA-SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ECONÔMICO. **VALOR GLOBAL: R\$ 53.895,00** (-CINQUENTA E TRÊS MIL OITOCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS-). ERERÉ (CE), 26 de março de 2024.

**Publicado por:**  
Antônio Freire Bessa  
**Código Identificador:**58A25367

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
SECRETARIA DE SAÚDE EXTRATO DO INSTRUMENTO  
CONTRATUAL Nº. 2024.01.30.01-SESA.**

**PROCESSO:** PE-008/2023-SESA. **MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE NÃO CONSTAM NA PPI MUNICIPAL, ESTADUAL BÁSICA E DE ALTO CUSTO, ASSIM COMO MEDICAÇÕES JUDICIALIZADAS, EM VIRTUDE DO PROCESSO ANTERIOR FRACASSADO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, COM PREÇO DE REFERÊNCIA TABELA ABCFARMA, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. **DOS RECURSOS FINANCEIROS:** 06.02 10.301.1002.2.033.00 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - CUSTEIO; 06.02 10.302.1007.2.035.00- FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL

FRANCISCO NOGUEIRA DE QUEIROZ, elemento de despesa: **3.3.90.30.00** - MATERIAL DE CONSUMO. **VALOR GLOBAL:** R\$ 250.000,00 (-DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS-). **DURAÇÃO DO CONTRATO:** 31 DE DEZEMBRO DE 2024. **CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÉ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE. **REPRESENTANTE:** JACINTA PESSOA GOMES - SECRETÁRIA DE SAÚDE. **CONTRATADA:** DROGARIA COMERCIAL JALES LTDA / CNPJ Nº. 14.837.312/0001-69. **REPRESENTANTE:** MARIA RONÁRIA COSTA DE ARAÚJO - SÓCIA ADMINISTRADORA - CPF Nº. 038.045.843-81.



**Publicado por:**  
Antônio Freire Bessa  
**Código Identificador:**35111B95

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E  
ECONÔMICO EXTRATO CONTRATO**

A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE ERERÉ TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº 2024.03.26.02-SEDESE, RESULTANTE DA CONTRATAÇÃO DIRETA, COM BASE NO ART. 24, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIOR E DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018: **ÓRGÃO LICITANTE:** SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 09.01 08.122.0816.2.050.0000-MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO; 09.06 08.243.0802.2.055.0000-FORTEALECIMENTO DE VÍNCULOS: CRIANÇA E ADOLESCENTES; 09.01 08.122.0815.2.049.0000-MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR; 09.06 08.244.0801.2.058.0000-MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA elemento de despesa: **3.3.90.30.00** - MATERIAL DE CONSUMO; com recursos diretamente arrecadados ou transferidos da PME, consignado no Orçamento Municipal de 2024. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA, DESCARTÁVEIS E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO DE USO DIÁRIO, DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DOS DIVERSOS SETORES ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, DESTE MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2024. **CONTRATADA:** JOSÉ EDIVAN DA SILVA - ME. ASSINA PELA CONTRATADA: JOSÉ EDIVAN DA SILVA. ASSINA PELA CONTRATANTE: MARIA LEIDIANA PESSOA FRANÇA- SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ECONÔMICO. **VALOR GLOBAL: R\$ 8.774,19** (-OITO MIL SETECENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E DEZENOVE CENTAVOS-).

**Publicado por:**  
Antônio Freire Bessa  
**Código Identificador:**27225E7F

**ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
NOMEIA A COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E  
ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE SELEÇÃO DA  
CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024 PARA COMPOSIÇÃO DE  
BANCO DE FORMADORES NO ÂMBITO DO PROGRAMA  
DE APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA - PAIC**

PORTARIA Nº 01220324/2024, DE 22 de março DE 2024

NOMEIA A COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO E  
ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE